

BANCO DE LA NACION ARGENTINA (SUCURSAL
BRASIL)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

BANCO DE LA NACION ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório de Administração

Em R\$ mil

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis do Banco de La Nación Argentina - Sucursal Brasil relativas ao semestre e exercício findos em de 31 de dezembro de 2025, acompanhada das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Em 2025 com o crescimento econômico controlado, influenciado principalmente por conta de juros elevados e inflação medida pelo IPCA onde aponta uma alta de 4,26%. O dólar se manteve durante todo o ano estável, o que para a carteira de crédito do banco, não há interferências relevantes, uma vez que operações estão casadas com seus prazos.

O BNA adotou como foco durante o ano e assim o fez até o fim do exercício, ter grande volume de fechamento de operações de câmbio, e isso se traduz nos valores com resultado de câmbio, dentro do próprio exercício, do primeiro semestre para o segundo houve um aumento de 12% no resultado.

Destacamos que a Matriz autorizou a integralização ao Capital dos valores recebidos pelo Banco referente a créditos de recuperação judicial decorrentes de operações de crédito contabilizadas para prejuízo e que foram vendidas a ex-sucursal Cayman.

A operação foi submetida à análise do Banco Central do Brasil (BACEN), o qual concedeu autorização para que os valores fossem contabilizados em Reserva de Capital alterando o Patrimônio Líquido, antes da apuração do resultado, para que assim nosso índice de imobilização se mantenha dentro do regulamentar.

Ainda sobre este assunto, no segundo semestre de 2025, tivemos a recuperação do montante de R\$ 58, os quais foram incorporados à Reserva de Capital.

Após a recuperação e a apuração do resultado do semestre e do exercício, a Reserva de Capital constituída em 31 de dezembro de 2025 resulta no montante de R\$ 19.609 e o Patrimônio Líquido em R\$ 31.380. A Administração está avaliando e desenvolvendo um novo plano estratégico alinhado ao da Matriz, trabalhando na atualização tecnológica e na contenção de despesas operacionais, bem como os imóveis do Rio de Janeiro que estão disponíveis para venda e do qual já obteve uma venda parcial significativa, que resultou no reconhecimento de perda no valor de R\$ 8.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2025, a qual indica que o Banco tem incorrido em prejuízos acumulados no montante de R\$ 89.686 mil e prejuízo no exercício de R\$ 6.173 mil, condição que indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional. A diretoria adotou medidas paliativas para reverter esta situação, incluindo aportes de capital, quando necessário. Contudo, não está sendo apresentado estudo que permita definir com clareza a reversão desta condição. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades operacionais do Banco. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2025, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025
Circulante		92.835	Circulante		72.773
Disponibilidade	4	11.921	Instrumentos Financeiros		38.669
Caixa e equivalente de caixa		722	Depósitos		1.265
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	11.199	Obrigações por empréstimos e repasses no exterior	13	37.404
Instrumentos financeiros		80.178	Relações Interdependências		92
Títulos e valores mobiliários	6	38.331	Recursos em trânsitos de terceiros		92
Operações de crédito	7	6.891	Outros passivos	14	34.012
Carteira de câmbio (concessão de crédito)	7 e 8	34.956	Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados		17
Relações interfinanceiras		557	Carteira de câmbio		33.144
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		540	Fiscais e previdenciárias		137
Correspondente		17	Diversas		714
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7e	(1.777)	Não Circulante		4.347
Operações de crédito		(1.113)	Outras Passivos	14	4.347
Carteira de câmbio		(664)	Fiscais e Previdenciárias		735
Outros ativos		1.956	Provisões para contingências	15	3.612
Diversos	9	1.304	Patrimônio líquido		31.380
Bens não de uso próprio	11	652	Capital:		
Não circulante		15.665	De domiciliados no país		88.423
Outros ativos	9	1.047	Reservas de capital	17b	19.609
Devedores depósito em garantia		1.047	Reserva de reavaliação	17c	12.511
Investimentos	10	-	Reserva para contingências		523
Propriedades para Investimento		1.505	Prejuízos acumulados		(89.686)
(Depreciações acumuladas)		(1.505)	Total do passivo e patrimônio líquido		108.500
Imobilizado de Uso	12	14.578			
Imóveis de uso		21.667			
Outras imobilizações de uso		1.533			
(Depreciações acumuladas)		(8.622)			
Intangível	12	40			
Sistema de processamento de dados		157			
Licença e direito autorais		528			
(Amortização acumulada)		(645)			
Total do ativo		108.500			

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Notas	2º semestre de 2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		4.967	9.842
Operações de crédito		758	1.456
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez		613	713
Resultado de títulos e valores mobiliários	18	1.012	2.781
Resultado de câmbio	19	2.584	4.892
Despesas da intermediação financeira		(2.862)	(4.395)
Operações de captação no mercado		(157)	(448)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	20	(1.693)	(3.236)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(1.012)	(711)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.105	5.447
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.405)	(12.365)
Receitas de prestação de serviços		36	71
Despesas de pessoal	21	(2.879)	(6.014)
Outras despesas administrativas	22	(2.123)	(4.496)
Despesas tributárias		(403)	(896)
Outras receitas operacionais	23	3	41
Outras despesas operacionais	24	(1.039)	(1.071)
Resultado operacional		(4.300)	(6.918)
Resultado não operacional	25	371	745
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(3.929)	(6.173)
Prejuízo do semestre/exercício		(3.929)	(6.173)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Prejuízo do semestre/exercício	<u>(3.929)</u>	<u>(6.173)</u>
Outros resultados abrangentes do período	61	122
Mutuações na reserva de reavaliação	61	122
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u><u>(3.868)</u></u>	<u><u>(6.051)</u></u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social realizado	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		88.423	19.120	12.591	523	(82.847)	37.810
Ajuste Adoção Inicial - Resolução 4.966/21 do CMN	33	-	-	-	-	(788)	(788)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		88.423	19.120	12.591	523	(83.635)	37.022
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Reservas de capital		-	489	-	-	-	489
Reservas de atualização de títulos		-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	(80)	-	122	42
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(6.173)	(6.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>88.423</u>	<u>19.609</u>	<u>12.511</u>	<u>523</u>	<u>(89.686)</u>	<u>31.380</u>
Saldos em 30 de junho de 2025		<u>88.423</u>	<u>19.551</u>	<u>12.551</u>	<u>523</u>	<u>(85.818)</u>	<u>35.230</u>
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Reservas de capital	17b	-	58	-	-	-	58
Reservas de atualização de títulos		-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	(40)	-	61	21
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(3.929)	(3.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>88.423</u>	<u>19.609</u>	<u>12.511</u>	<u>523</u>	<u>(89.686)</u>	<u>31.380</u>
Mutuação do semestre		<u>-</u>	<u>58</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>(3.868)</u>	<u>(3.849)</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração dos fluxos de caixa Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

	Notas	2º semestre de 2025	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado		(2.793)	(5.213)
Prejuízo do semestre		(3.929)	(6.173)
Ajustes:			
Depreciação e amortização		103	207
Reversão de reserva		21	42
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6e	1.012	1.777
Reversão de provisão		-	(1.066)
Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários		51.849	11.684
Relações interfinanceiras		53.729	(10.790)
Operações créditos		(483)	(161)
Outros ativos financeiros		99	(1.506)
Outros ativos		(1.671)	24.525
		175	(384)
Aumento líquido nos subgrupos do passivos operacionais			
Depósitos		(40.414)	2.439
Obrigações por Operações Compromissadas		(517)	35
Relações interdependência		(1.010)	(8.502)
Obrigações por empréstimos e repasses		(49)	(237)
Carteira de cambio		(9.195)	(22.585)
Outros Passivos		(30.479)	33.144
		836	584
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
		8.642	8.910
Aquisição/Alienação de Ativo Imobilizado			
Aquisição/Alienação de Ativo Intangível	12	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		1.645	1.645
Aumento de Capital			
Reversão de Capital	16b	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		58	489
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa			
		10.345	11.044
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício		1.576	877
No final do semestre/exercício	4	11.921	11.921
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa			
		10.345	11.044

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco de La Nación Argentina - Sucursal Brasil ("Banco" ou "BNA") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959.

Durante o semestre foram incorporados a Reserva de Capital o montante R\$ 58 oriundos de créditos que foram vendidos a sucursal de Cayman e recuperados judicialmente e recebidos pelo Banco, dos quais a Matriz autorizou que o recurso fosse integralizado pelo Banco. Essa integralização tem como intuito manter a reversão dos prejuízos acumulados, além de manter o índice de imobilização dentro do limite regulamentar.

O Banco está atuando para diminuir gastos fixos a fim de reverter os prejuízos acumulados, focando em fechamento de operações de câmbio, aumentando seu volume de negociações, adotando medidas para redução de despesas administrativas e operacionais e, paralelamente, dando continuidade aos esforços para a alienação de imóveis localizados na cidade do Rio de Janeiro, os quais se encontram disponíveis para venda e abertos à negociação, conforme autorização.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), estando consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A diretoria declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para demandas judiciais, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. O nível de arredondamento de valores monetários utilizados na apresentação das demonstrações contábeis é na casa de milhares.

A partir de 1º de janeiro de 2025, o banco passou a adotar as disposições das resoluções CMN nº 4.966/21, BCB nº 352/23, as quais redefinem os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, abrangendo a forma de classificação, mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas.

Entra em vigor a partir de 1º de janeiro a Lei nº 14.467/22, que modificou o tratamento tributário aplicado às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, onde determina a aplicação de fatores para dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante aplicações de percentuais conforme carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Os saldos comparativos não estão sendo apresentados nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2025, em virtude da dispensa concedida pelo Banco Central do Brasil no contexto da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela diretoria em 17 de abril de 2026.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata dia". As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez e Créditos remunerados vinculados - Depósitos no Banco Central

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia (custo amortizado).

d. Instrumentos financeiros

Conforme Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB 352/23, os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): Instrumentos financeiros que atendem ao teste SPPI e são mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, onde os pagamentos de principal e juros são reconhecidos como receita financeira ao longo do tempo. Essa categoria é geralmente reservada para ativos financeiros mantidos até o vencimento ou para instrumentos financeiros que atendem aos critérios do “modelo de negócio de manter e coletar”.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Instrumentos financeiros que não atendem ao teste SPPI, mas são mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais e vender no futuro. As mudanças no valor justo desses instrumentos são reconhecidas em outros resultados abrangentes e não no resultado.
- Valor Justo no Resultado (VJR): Instrumentos financeiros que não atendem ao teste SPPI e não são mantidos para coletar fluxos de caixa contratuais. Mudanças no valor justo desses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado.

O teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Este teste é projetado para avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um instrumento financeiro contratual incluem apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal pendente do instrumento. Em termos mais simples, ele verifica se o instrumento é estruturado de tal forma que os pagamentos ao detentor sejam limitados ao pagamento de principal e juros sobre esse principal.

É fundamental entender que o teste SPPJ é uma parte essencial do processo de classificação e mensuração, pois ajuda a determinar como um instrumento financeiro específico deve ser tratado em termos de reconhecimento contábil. A classificação correta é crucial, pois afeta a forma como os ganhos e perdas subsequentes são registrados e relatados nas demonstrações financeiras da entidade.

Para aplicar o teste SPPJ com precisão, as entidades devem analisar detalhadamente os termos do contrato do instrumento financeiro, garantindo que apenas pagamentos de principal e juros estejam incluídos nos fluxos de caixa contratuais. Caso haja outros tipos de pagamentos, como participação nos lucros ou pagamentos variáveis, o instrumento pode não atender ao teste SPPJ e, portanto, seria classificado em uma das outras categorias definidas nas normas.

Após a aplicação do teste foi possível concluir que os fluxos de caixa das operações de câmbio, créditos e títulos se encaixam aos critérios para que a classificação da carteira seja Custo Amortizado.

O Banco não possui operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 90 dias, será reconhecido como ativo problemático, juntamente com uma análise da área de crédito onde identifique que a contraparte não possui capacidade financeira de honrar com suas obrigações, com base na Resolução 352/23.

Stop Accrual - para operações de crédito vencidos a partir de 90 dias, será aplicado utilizando dos mesmos critérios de avaliação de ativos problemáticos.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O banco é enquadrado no segmento S4 e deve utilizar da metodologia simplificada, onde é considerado critérios simplificados para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

Depósitos

As operações de depósitos à vista não são remuneradas pelo Banco. As operações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos são negociadas a taxas normais de mercado e encontram-se atualizados por índices oficiais de encargos, calculados até a data do balanço.

Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

e. Ativo imobilizado e intangível

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/2016, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Entidade por período superior a um ano.

São reconhecidos pelo custo de aquisição e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

f. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do período.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a diretoria possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos Assessores Jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e tampouco divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

Na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido. Assim, apesar das ações para aumento da carteira, o Banco não possui expectativa de lucro tributável.

i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

j. Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa - Disponibilidades

Descrição	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional	119
Disponibilidades em moeda estrangeira	603
Total	<u>722</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	31/12/2025
Operações compromissadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - Posição Bancada	11.199
Total	<u>11.199</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como “custo amortizado”, para os quais não houve reclassificações, são demonstrados a seguir o valor de custo atualizado:

a. Abertura por categoria/vencimento:

Carteira Própria	Vencto.	31/12/2025	
		Valor de custo	Valor do contábil
Carteira própria		-	33.011
Instrumento Financeiros Derivativos (**)		-	33.011
Vinculado a garantia (*)		5.317	5.320
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (*)	01/06/2030	36	36
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (*)	01/03/2027	5.281	5.284

(*) O Banco tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a perda esperada associada ao risco de crédito desses ativos e concluiu que não houve necessidade de constituição de provisão

b. Abertura por tipo de título:

Carteira própria	2025	
	Até 360 dias	Acima 360 dias
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.284	36
Instrumento Financeiros Derivativos	33.011	-
Total	38.295	36

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

(*) As LFTs vinculadas à garantia estão depositadas em garantia na B3 de forma individual e por operação.

(**) A composição do saldo refere-se a operações de ACC, distribuída da seguinte maneira: R\$ 28.059, com vencimento até 12 de fevereiro de 2026, e R\$ 4.952, com vencimento em 20/03/2026, as quais foram integralmente liquidadas em seus respectivos vencimentos.

7. Operações de crédito

a. Distribuição das operações por tipo de produto:

Operações de crédito - Não Problemáticos	31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados	3.457
Adiantamentos sobre contratos de cambio	34.956
Empréstimos à Pessoas Física	38
Financiamentos em moeda estrangeira	3.396
Subtotal	41.847
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.777)
Total em 31 de dezembro de 2025	40.070

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

b. Classificação das operações

Classificação de Carteira	31/12/2025	
	Total das operações	PCLD
C1	-	-
C2	-	-
C3	41.847	1.777
C4	-	-
C5	-	-
	<u>41.847</u>	<u>1.777</u>

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Atividade econômica	31/12/2025
Setor privado	
Industria	40.232
Comércio	1.577
Pessoas físicas	38
	<u>41.847</u>

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

Operações de crédito - a vencer - Não Problemáticos	31/12/2025		
	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias
Vencidas:			
Empréstimos e títulos descontados	3.262	-	-
A vencer:			
Empréstimos e títulos descontados	195	-	-
Adiantamentos sobre contratos de cambio	34.956	-	-
Desconto a Fornecedor	-	-	-
Empréstimos à Pessoas Física	-	4	34
Financiamentos em moeda estrangeira	1.539	233	1.624
Total	<u>39.952</u>	<u>237</u>	<u>1.658</u>

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Saldo inicial	(765)	(279)
Reversão	-	1.066
Ajuste 4.966 (Constituição)	-	(788)
	<u>(1.012)</u>	<u>(1.776)</u>
Saldo final	<u>(1.777)</u>	<u>(1.777)</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

8. Carteira de câmbio

Ativo	31/12/2025
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	34.956
Total	<u>34.956</u>

9. Outros ativos - diversos

Descrição	31/12/2025
Circulante	1.304
Outros	1.304
Não circulante	<u>1.047</u>
Devedores depósito em garantia (nota 15)	1.047
Total	<u>2.351</u>

10. Investimentos

As propriedades para investimento correspondem a imóveis mantidos para auferir receitas de aluguel, não sendo utilizados pela Instituição na condução de suas atividades operacionais ou administrativas. Tais ativos são registrados pelo método de custo, deduzidas da respectiva depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

O imóvel classificado nessa rubrica é composto por terreno e edificação. A parcela correspondente à edificação encontra-se integralmente depreciada, permanecendo, entretanto, em operação e gerando receitas de aluguel, em razão de sua continuidade de uso econômico. A parcela correspondente ao terreno não é depreciável.

Descrição	31/12/2025
Propriedades para Investimento	1.505
Depreciações acumuladas	<u>(1.505)</u>
Total	<u>-</u>

11. Outros valores e bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)

Em 08 de novembro de 2019, o BACEN autorizou a transferência dos Imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro que se encontravam contabilizados em Ativo Imobilizado para Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU). Tal autorização foi concedida pois na ocasião a agência encontrava-se em processo de fechamento e seu imóvel disponível para a venda, assim esse ativo não estava sendo utilizado em suas atividades.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Tal reclassificação foi argumentada conforme procedimentos descritos nos seguintes normativos: Resolução 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso. Em 31 de dezembro de 2025, apresenta os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2025
4º andar	228
5º andar	216
22º andar	208
	<u>652</u>

Em cumprimento ao artigo 6º da Resolução CMN nº 4.747, não ocorreu nenhum fato relevante que indicasse redução significativa no valor justo do ativo não financeiro mantido para venda que justificasse a realização de impairment em 31 de dezembro de 2025.

12. Ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação e amortização do período, originando o valor líquido contábil, sendo constituído da seguinte forma:

	Custo	Adições Baixas Transferências	Depreciação /Amortização acumulada	31/12/2025
	2025	2025	2025	
Imóveis de uso (terrenos/edificações) (*)	23.172	(1.505)	(7.365)	14.302
Instalações	760	-	(650)	110
Móveis e Equipamentos	63	-	(45)	18
Equipamentos de processamento de dados	398	-	(358)	40
Sistema de segurança	24	-	(24)	-
Sistema de comunicação	89	-	(37)	52
Outros equipamentos	118	-	(62)	56
Sistema de transporte	81	-	(81)	-
Imobilizado de uso	<u>24.705</u>	<u>(1.505)</u>	<u>(8.622)</u>	<u>14.578</u>
Sistema de Proc. de dados adquiridos	157	-	(157)	-
Licença de uso	528	-	(488)	40
Software em desenvolvimento (**)	<u>1.645</u>	<u>(1.645)</u>	-	-
Intangível	<u>2.330</u>	<u>(1.645)</u>	<u>(645)</u>	<u>40</u>
Total geral	<u>27.035</u>	<u>(3.150)</u>	<u>(9.267)</u>	<u>14.618</u>

(*) No segundo semestre de 2025, parte do saldo anteriormente registrado na rubrica de Imobilizado de Uso, no montante de R\$ 1.505, foi reclassificado para a rubrica de Propriedades para Investimento, em decorrência da alteração da finalidade econômica desses ativos, que passaram a ser mantidos para obtenção de renda de aluguel. Tais ativos permanecem mensurados pelo método de custo, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, quando aplicável, bem como de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

(**) O saldo registrado em Software em Desenvolvimento foi baixado no segundo semestre de 2025, tendo em vista que os gastos correspondentes foram reembolsados pela matriz, não permanecendo, portanto, como ativo controlado pelo Banco.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

13. Obrigações em moeda estrangeira

Os saldos das operações no período são:

Descrição	31/12/2025
Em moeda estrangeira (USD)	6.739
Taxa de conversão do dólar	5,5018
Em moeda nacional (R\$)	37.076
Em moeda estrangeira (EUR)	51
Taxa de conversão do euro	6,4696
Em moeda nacional (R\$)	328
Em moeda nacional	37.404
Vencimento em até 360 dias	37.404

Refere-se aos empréstimos e captações efetuados com outras filiais do Banco de La Nación Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Espanha, em função da competitividade das taxas.

14. Outros passivos

	31/12/2025
Circulante	34.012
Provisão para pagamentos a efetuar	714
Fiscais e previdenciárias	137
Carteira de Câmbio	33.144
Tributos e assemelhados	17
Exigível a Longo Prazo	4.347
Fiscais e previdenciárias	735
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	3.612
Total	38.359

15. Provisão para demandas judiciais

O Banco, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A diretoria, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para eventuais demandas judiciais. A provisão constituída está composta da seguinte forma:

Descrição	Saldo no início do semestre	Adições	Baixas	31/12/2025
Trabalhistas e Previdenciários	396	336	-	732
Tributárias	2.518	362	-	2.880
Não circulante	2.914	698	-	3.612

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025, está provisionado o montante de R\$ 3.612 o qual, segundo a diretoria, suportada na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2025, são suficientes para fazer a face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Nas datas das demonstrações contábeis, o Banco apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos relacionados as contingências:

Descrição	Qtde	Depósitos em	Descrição	Qtde	Provisão
		Garantia			Constituída
		31/12/2025			31/12/2025
Trabalhistas e Previdenciários			Trabalhistas e Previdenciários	1	732
Tributárias	2	1.047	Tributárias	2	2.880
Outras					
Não circulante		<u>1.047</u>	Não circulante		<u>3.612</u>

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

O Banco tem ações de naturezas tributárias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificada pela diretoria como possível (com base na avaliação de seus assessores legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	2025
Administrativos (*)	1.322
Tributária	1.652
	<u>2.974</u>

(*) Demanda judicial em andamento proveniente pela não entrega de declarações dentro do prazo legalmente estabelecido.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte:

	2º semestre de	31/12/2025
	2025	
IRPJ e CSLL		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.929)	(6.173)
Adições	(1.012)	(1.777)
Provisões indedutíveis	(1.012)	(1.777)
Exclusões	57	(1.059)
Outras exclusões	57	(1.059)
Resultado antes das compensações	(4.884)	(8.211)
Base da Contribuição Social	(4.884)	(6.776)
Alíquota 15%	-	-
Total da CSLL	-	-
Prejuízo após a CSLL	(3.929)	(6.173)
Adições	(1.012)	(1.777)
Despesas com provisões indedutíveis	(1.012)	(1.777)
Exclusões	57	1.173
Outras receitas operacionais	57	1.173
Resultado antes das compensações base negativa	(4.884)	(6.776)
Base do Imposto de Renda	(4.884)	(6.776)
Alíquota 15%	-	-
Total do IRPJ e CSLL	-	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui créditos tributários nos montantes de R\$ 85.766 referentes a saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os quais não foram constituídos por não atender aos dispositivos da Resolução CMN nº 4.842/2020.

17. Patrimônio Líquido

a. Capital social

As instituições financeiras estrangeiras devem registrar o capital estrangeiro investido e os lucros capitalizados no Banco Central do Brasil, para que possam remeter dividendos sobre esse capital ao exterior, bem como para repatriação de capital. O Banco tem investimentos registrados em capital estrangeiro no valor de US\$ 16.072. O capital social do Banco de la Nación Argentina no Brasil, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 88.423.

b. Reserva de capital

Em 16 de janeiro de 2023, a Matriz autorizou a integralização ao Capital do Banco dos créditos recebidos decorrentes de recuperação judicial das operações de crédito contabilizadas para prejuízo que foram vendidas a ex-sucursal Cayman.

A autorização foi submetida à análise do BCB e em 28 de fevereiro de 2023, ele também concedeu a autorização para que os valores recebidos passassem a ser contabilizados em Reserva de Capital.

Neste segundo semestre de 2025, foram recuperados R\$ 58 referentes a créditos vendidos à sucursal de Cayman na época, mas que foram recebidos pelo BNA Brasil. Este montante foi incorporado à Reserva de Capital, sendo R\$ 5 em 30 de setembro de 2025, R\$ 5 em 30 de outubro de 2025 e R\$ 48 em 26 de novembro de 2025. Este procedimento foi comunicado ao BACEN, o qual determinou o registro nesta formatação para posterior incorporação ao capital social.

A contabilização não é considerada como receita, pois uma vez que a carteira foi vendida para a ex-Sucursal Cayman, e a partir deste momento pertenciam a nossa Matriz, o Banco Central entendeu que as devidas contabilizações na foram efetuadas no momento da venda, não tendo qualquer óbice ao registro em conta de Reserva de Capital dos valores.

Após a apuração do resultado do semestre a Reserva de Capital constituída em 31 de dezembro de 2025 resulta no montante de R\$ 19.609 e o Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 em R\$ 31.380.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

c. Reserva de reavaliação - reavaliação de imóveis

O Banco procedeu à reavaliação de imóveis de uso no ano de 2004, com base em laudo emitido por peritos avaliadores credenciados, aprovados pela diretoria. A reavaliação foi registrada na forma requerida pela Circular BACEN nº 3.081/2002, revogada pela Resolução CMN 4.872/2020. Para fins de cálculo da depreciação, é considerado o prazo remanescente de vida útil dos imóveis reavaliados, constante do respectivo laudo de avaliação. A diretoria do Banco decidiu manter a reavaliação até sua realização, cujo registro está líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 12.511 em 31 de dezembro de 2025.

18. Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.012	2.781
	<u>1.012</u>	<u>2.781</u>

19. Resultado de câmbio

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Rendas de Câmbio	21.293	56.982
Despesas de Câmbio	(18.709)	(52.090)
	<u>2.584</u>	<u>4.892</u>

20. Despesas de operações de empréstimos, cessões e repasses

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Desp. e obr. com bancos no exterior - Juros	(1.178)	(2.542)
Desp. e obr. com bancos no exterior - IR	(68)	(134)
Desp. Com variação de taxa	(447)	(560)
	<u>(1.693)</u>	<u>(3.236)</u>

21. Despesas de pessoal

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Benefícios ao pessoal	(687)	(1.351)
Honorários a diretores	(495)	(1.096)
Encargos sociais	(465)	(1.043)
Proventos	(1.228)	(2.515)
Despesas por treinamento aos funcionários	(4)	(9)
	<u>(2.879)</u>	<u>(6.014)</u>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

22. Outras despesas administrativas

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Aluguéis	(414)	(830)
Outras Despesas Administrativas	(280)	(529)
Processamento de dados	(84)	(388)
Comunicações	(174)	(423)
Promoções e relações públicas	(21)	(21)
Propaganda e publicidade	-	(2)
Publicações	-	(17)
Seguros	-	(51)
Serviços técnicos especializados	(441)	(923)
Serviços de vigilância e segurança	(112)	(224)
Manutenção e conservação de bens	(165)	(293)
Depreciações	(94)	(189)
Serviços de terceiros	(89)	(181)
Água, energia e gás	(61)	(125)
Serviços do sistema financeiro	(30)	(51)
Material	(20)	(53)
Transporte	(105)	(126)
Viagem no exterior	-	(7)
Intangível	(9)	(18)
Viagem no país	(24)	(45)
	<u>(2.123)</u>	<u>(4.496)</u>

23. Outras receitas operacionais

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	3	5
Rev. Prov. Operacionais	-	36
	<u>3</u>	<u>41</u>

24. Outras despesas operacionais

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Outras Despesas Operacionais	(340)	(372)
Desp. Prov. Oper. - Outras Trabalhistas	(363)	(363)
Desp. Prov. Oper. - Outras Fiscais	(336)	(336)
	<u>(1.039)</u>	<u>(1.071)</u>

25. Resultado não operacional

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Aluguéis	371	745
	<u>371</u>	<u>745</u>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

26. Resultados não recorrentes

O Banco não apresentou até 31 de dezembro de 2025 resultados não recorrentes, ou seja, qualquer resultado que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e/ou não estivesse previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

27. Transações com partes relacionadas

a. Transações com outras sucursais no exterior

Descrição	31/12/2025
Ativo	
Disponibilidades em moeda estrangeira	603
	<u>603</u>
Passivo	
Empréstimos no exterior (nota 13)	37.404
	<u>37.404</u>
	<u>31/12/2025</u>
Receitas	1.936
Despesas	(1.246)
	<u>690</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração é realizada pelo Banco de La Nación Argentina - (Sucursal Brasil). Dessa forma segue desembolsos financeiros em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025
Honorários à diretores	(495)
	<u>(495)</u>

28. Limites operacionais - índices da Basileia

a. Patrimônio de referência exigido (PRE)

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/21 e 4.913/21 e Resolução BCB 229/2022, apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	31/12/2025
PR - Patrimônio de Referência nível 1	31.341
RWAcpad - Risco de Crédito	61.564
RWAOPAD - Risco Operacional - Abordagem do Indicador Basico	8.207
RWACAM - Risco de Câmbio	7.898
RWA	<u>77.669</u>
RBAN - Risco <i>Banking</i>	452
Margem de patrimônio em relação ao limite	<u>26.681</u>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

b. Limite de imobilização

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR com o ativo permanente. O índice para 31 de dezembro de 2025 é de 46,64% e o quadro a seguir demonstra a apuração:

	<u>31/12/2025</u>
Patrimônio de Referência - PR	31.341
Limite máximo permitido - 50%	15.670
(-) Ativo permanente	(14.578)
(-) Intangível	(40)
Margem	<u>1.051</u>

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao ativo permanente imobilizado, conforme a Resolução nº 4.957/21 do CMN e Resolução nº 4.958/21 do CMN.

29. Gestão de risco

A Política do Banco é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento dos riscos, observando o perfil de atuação e a complexidade dos negócios do Banco.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e da Casa Central na Argentina, os relatórios são divulgados por meio do site na internet www.bnabr.com.br.

a. Risco operacional

A política de risco operacional do Banco tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura para gestão do risco operacional, em todos os níveis do Banco, estabelecendo papéis e obrigações para cumprir os objetivos traçados pela diretoria.

O gerenciamento de risco operacional deve prever:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;

- Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

b. Risco mercado

Com o objetivo de criar uma estrutura compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades de investimento e, sendo definido como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha na medição e nas políticas de investimento da Instituição, esta definição incluem o risco associado à inadequação ou deficiência nos processos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição ao respeito da atuação no mercado financeiro, a diretoria formalizou os parâmetros, políticas, princípios e ações a serem implementadas mediante a Resolução da Administração nº 31/2008, que instituiu a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

A Resolução indica que a Política de Administração de Ativos financeiros e Risco de Mercado será definida em conjunto pela Casa Matriz e a diretoria, instruindo políticas de investimento, funding, e limites de colocações por ativos e instituições. Detalha também a avaliação contínua do mercado e o sistema de comunicação entre operadores e diretoria.

Para o correto acompanhamento do mercado o Banco adquiriu um sistema de informação financeira para apuração do risco de carteira.

A citada Resolução define a estrutura de organização e responsabilidade.

A auditoria interna do Banco controla com periodicidade anual a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito do Banco envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, as condições de mercado, os perfis dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Banco e perspectivas econômicas.

d. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez resulta da possibilidade de o Banco ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

e. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi elaborada com base na exposição existente na data-base das demonstrações contábeis, considerando variações razoavelmente possíveis nas principais variáveis de risco às quais a instituição está exposta, notadamente variação cambial e risco de inadimplência.

Para fins de mensuração, foi considerada uma variação de 25% sobre o saldo exposto de R\$ 80.178, em um horizonte de 6 meses, mantendo-se constantes as demais variáveis.

Os impactos estimados referem-se exclusivamente ao efeito potencial sobre o Patrimônio Líquido da instituição, conforme demonstrado no quadro abaixo.

<u>Tipo de risco</u>	<u>Saldo exposto</u>	<u>Cenário base</u>	<u>Cenário desfavorável (+25%)</u>	<u>Cenário favorável (-25%)</u>
Variação cambial	80.178	—	(20.044)	20.044
Inadimplência	80.178	—	(20.044)	20.044

(*) Valores negativos representam redução do Patrimônio Líquido.

f. Risco socioambiental

Risco Socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Banco na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Banco e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

30. Garantias prestadas

As garantias por fianças e avais prestados montam R\$ 2.101 em 31 de dezembro de 2025.

31. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis do Banco não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e tampouco exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

33. Impactos da Resolução CMN 4.966/21

	<u>Valor</u>
Patrimônio líquido em 31/12/2024	37.810
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(788)</u>
Patrimônio líquido em 01/01/2025	<u><u>37.022</u></u>

34. Eventos subsequentes

A Diretoria avaliou os possíveis impactos da Lei Complementar nº 224/2025, que trata, entre outros pontos, de alterações na tributação e redução de benefícios fiscais. No momento, não há impactos nas demonstrações contábeis.

De toda forma, o tema seguirá sendo acompanhado, especialmente em relação a eventuais impactos na apuração da CSLL e IRPJ, caso o Banco venha a apresentar resultados positivos no futuro.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

O Banco realizou a venda de um de seus imóveis, situado na cidade do Rio de Janeiro, na data de 27 de janeiro de 2026. O imóvel vendido refere-se ao 22º andar e estava registrado como BNDU do Banco (nota explicativa nº 11), pelo montante de R\$ 210. A operação resultou no reconhecimento de perda no valor de R\$ 8.

Claudio Enrique Morelli
Diretor Geral

Pablo Daniel Buhl
Diretor

Felipe Balbino Sicilio
Contador
CRC 1 SP 355623/O-0